

**FOLHA DE S. PAULO: A COBERTURA SOBRE A PROPOSTA DO PLEBISCITO  
PARA A REFORMA POLÍTICA EM 2013**

**Mário Helder de Sousa Alves Filho<sup>1</sup>**

**Resumo:**

O artigo tem como objeto de estudo a análise da cobertura realizada pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a proposta do governo Dilma Rousseff, como uma das ações da presidente em resposta as manifestações de rua de junho de 2013, de um plebiscito que deliberasse sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte responsável por alterações na legislação eleitoral. São analisadas matérias publicadas na seção Poder, buscando identificar como o jornal retratou as ações do Governo Federal para levar a proposta adiante e as repercussões da proposta que tiveram o espaço nas matérias. O referencial teórico é baseado nas categorias de reforma política e plebiscito por meio dos autores Bonavides (1991), Ferreira; Fialho; Reis (2011), Gemma (1998), Moraes (2005).

**Palavras-chave:** Reforma Política. Folha de S. Paulo. Junho de 2013. Movimento Passe Livre. Copa do Mundo.

**Introdução**

No Brasil, os movimentos das Diretas-Já em 1983 e 1984 e dos chamados Caras-Pintadas em 1992, são considerados as principais manifestações de massa que até então ocorreram na história recente do Brasil, os quais se encontram em um contexto em que

Em 1984, a reivindicação de eleições diretas para presidente era também uma manifestação por uma transição para a democracia que estivesse à altura das expectativas de mudanças em todos os níveis. Queria muito mais democracia, muito menos desigualdades. A derrota da emenda no Congresso foi um golpe para as ruas, que redirecionaram então as energias para a Constituinte (1987- 1988). Em 1992, a exigência do impeachment do presidente trazia insatisfação com a recessão econômica, o péssimo

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Email: [mariohelderfilho@yahoo.com.br](mailto:mariohelderfilho@yahoo.com.br)

funcionamento dos serviços públicos, o desastrado plano de combate à inflação – principal problema da redemocratização até 1994. Mais que tudo, carregava as frustrações de uma Constituição que não se tornava realidade, que ficava apenas no papel, e a aspiração de retomar nas ruas o poder que tinha sido utilizado por Collor de maneira personalista e autoritária. (NOBRE, p. 3, 2013)

Desde então, o país não havia registrado nenhuma manifestação de rua que mobilizasse as massas nas diversas regiões do país reivindicando um tema específico e que levasse as autoridades a apresentarem medidas que atendessem as reivindicações, pelo menos em parte, de maneira imediata como ocorreu em 2013. No entanto é importante registrar que na Internet é possível encontrar manifestações capazes de aglutinar um número elevado de pessoas como o abaixo assinado virtual, que alcançou mais de 1 milhão de assinaturas, contra a eleição do senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, à presidência do Senado no início de 2013, pois o mesmo já havia renunciado a tal cargo por suspeitas de ter tido despesas pessoais pagas por um lobista.<sup>2</sup>

No mesmo ano de 2013, o país foi tomado por uma onda de manifestações que começaram na cidade de São Paulo na quinta-feira do dia 6 de junho de 2013, após a prefeitura da capital e o governo do estado terem reajustado as tarifas de ônibus, trens e metrô em R\$ 0,20, protestos esses capitaneados pelo Movimento Passe Livre (MPL)<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> CAMPANERUT, Camila: Petição contra Renan será entregue hoje no Senado; ONG que abriga manifesto arrecada US\$ 25 mil em cinco anos. **Portal Uol**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/02/20/peticao-contra-renan-sera-entregue-hoje-no-senado-ong-que-abriga-manifesto-recebe-us-25-mi-em-cinco-anos.htm>> Acesso em 8 jun. 2014.

<sup>3</sup> Movimento social fundado em 2005 em Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial e que possui coletivos em várias capitais brasileiras. Têm como características a horizontalidade entre seus membros, apartidarismo, além do não recebimento de verbas do Estado ou da iniciativa privada e entende que a defesa da tarifa zero para o transporte público se faz necessária a fim de garantir ao cidadão o pleno acesso à cidade. Já havia promovido protestos durante a gestão paulistana de Gilberto Kassab (2006 – 2012) contra o aumento de tarifas, no entanto, não houve revogação.

No entanto, sobretudo após a atuação repressiva da polícia de São Paulo contra os participantes dos atos promovidos pelo MPL, os protestos se espalharam pelo país com manifestantes de diferentes idades e matizes ideológicas protestando não apenas contra a

qualidade do serviço de transporte público no país, mas também por melhorias na saúde, educação e segurança pública.

Além disso, outra crítica presente nos protestos era contra o atual sistema político, já que muitos manifestantes, por meio de cartazes e gritos de “não me representa” expressavam sua desilusão com a política. Não foi à toa que vários prédios públicos foram alvos de tentativa de invasão, sendo os mais notórios o confronto entre policiais e manifestantes próximo a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e a ocupação do teto do Congresso Nacional em Brasília.<sup>4</sup>

Diante desses fatos é compreensível a iniciativa da presidente Dilma em propor uma reforma política. No entanto, desde a promulgação da Constituição de 1988, se discute na sociedade e no meio político a pertinência de o Congresso Nacional realizá-la. Embora a Câmara dos Deputados tenha criado comissões especiais em 2003 e 2013 para propor alterações na legislação eleitoral, o fato é que pontos considerados cruciais como a discussão sobre o financiamento público ou privado das campanhas, sistema de votação para cargos proporcionais, ou seja, voto distrital, misto ou proporcional, continuidade da prerrogativa da reeleição para cargos do poder executivo, unificação das eleições e cláusula de barreira para os partidos ainda não provocaram consenso entre os congressistas de como e quando promover essas alterações.

---

<sup>4</sup>TETO do Congresso é ocupado; grupo tenta invadir sede do governo de SP. **Portal Folha de S. Paulo**. Disponível em: <[www.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/114600-teto-do-congresso-e-ocupado-grupo-tenta-invadir-sede-do-governo-de-sp.shtml](http://www.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/114600-teto-do-congresso-e-ocupado-grupo-tenta-invadir-sede-do-governo-de-sp.shtml)> Acesso em 11 mai 2014.

## **2. Reforma Política no Brasil e seus desafios.**

A dificuldade que os congressistas têm de reunir, em uma única proposta, os diversos projetos que visam a alterações na legislação eleitoral, decorre do receio de políticos e de dirigentes partidários de perderem influência política, quando, por exemplo, Ferreira; Fialho e Reis (2011) ressaltam que o sistema de financiamento público nas campanhas a disputa entre candidatos de um mesmo partido não teria um equilíbrio, o que acarretaria na adoção da

chamada lista fechada com os candidatos de um mesmo partido, que também é vista com desconfiança pela sociedade em geral, pois estaria sob o controle de dirigentes de partidos que determinariam os nomes que figurariam entre os primeiros de tal relação.

Tal discurso sobre a necessidade de uma a reforma política se dá sob a justificativa de que as atuais regras propiciam escândalos de corrupção principalmente no tocante ao financiamento das campanhas e na multiplicidade de partidos políticos, o que forçaria o governante a promover um governo de coalizão buscando apoio político em troca de cargos destinados a indicados de partidos governistas. Quanto a isso Moraes (p. 113, 2005) indica que

Não é demais repetir que é necessário superar o estilo de fazer política extremamente atrasado e anti-republicano prevalecente no Brasil, que, em boa medida, funciona à base da troca de bens públicos: no sentido ascendente, por meio de distribuição de bens e vantagens aos poderosos em troca de apoio político; no sentido descendente, na interação com determinados setores das classes subalternas, através do clientelismo.

Apesar de Congresso ter aprovado mudanças na legislação eleitoral como as chamadas mini-reformas eleitorais de 2006<sup>6</sup> e 2013<sup>7</sup>, esta última oriunda de propostas inicialmente

<sup>6</sup> TSE valida proibição de showmício e brindes para eleição de 2006. **Portal Consultor Jurídico**. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2006-mai-24/showmicio\\_brindes\\_proibidos\\_eleicoes\\_2006](http://www.conjur.com.br/2006-mai-24/showmicio_brindes_proibidos_eleicoes_2006)> Acesso em: 16 mai 2014.

<sup>7</sup> DILMA sanciona mini reforma eleitoral e proíbe associações de doar a campanhas. **Portal Folha UOL**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1385102-dilma-sanciona-minireforma-eleitoral-e-proibe-cooperativas-de-doar-a-campanhas.shtml>> Acesso em: 16 mai 2014.

sugeridas por uma comissão especial da Câmara dos Deputados a qual foi criada após a indisposição do Congresso em dar prosseguimento à proposta de o plebiscito para a reforma política proposto pelo governo Dilma, o fato é que nenhum dos pontos citados anteriormente e que mais causam divergências de opiniões no meio político foi alterado.

### 3. Plebiscito

Segundo Gemma (1998)

O plebiscito é, pois, uma votação popular sobre assuntos de relevância constitucional, sendo, por isso, um instrumento de democracia direta, se bem

que, como todos os dispositivos deste tipo, possa ser instrumentalmente usado por correntes autoritárias ou totalitárias para legitimar o seu poder autocrático.

Situação essa que ocorreu no Chile em 1988, pois o presidente Augusto Pinochet se viu obrigado, diante da falta de apoio internacional ao seu governo, a promover um plebiscito que pôs fim a uma ditadura que governava o país desde o golpe militar de 1973, quando a população em massa votou pela sua não continuidade no poder. Gemma (1998) também procura diferenciar plebiscito de referendo ao lembrar que para a literatura o plebiscito decorre “sem ato prévio dos órgãos estatais, cuja a presença caracterizaria o *referendum*”. Já Bonavides (1991 p. 40, apud Faria, 2006, p. 100) reconhece o plebiscito como instrumento decisório de proposições que ainda entraram em vigor, já o referendo teria como função legitimar ou não atos já em vigor.

Em três ocasiões da história do Brasil houve a ocorrência do plebiscito. O primeiro ocorreu em 1963 quando os eleitores de todo o país foram às urnas para decidir que tipo de governo no tocante à forma, monarquia ou república, e ao sistema, parlamentarismo ou presidencialismo, se instituiria no Brasil.

Era um momento delicado da política nacional, pois a partir de 1961 o país passou a viver sob a égide de uma república parlamentarista, solução encontrada por líderes políticos e setores das forças armadas para permitir o regresso da então vice – presidente João Goulart, que se encontrava em missão oficial à China e que deveria assumir de forma plena o cargo de presidente da república em face da renúncia do então presidente Jânio Quadros, já que o vice – presidente era visto com desconfiança por parte da sociedade que o considerava esquerdista. Já no ano de 1963, os eleitores optaram pela república presidencialista, o que extinguiu o cargo de primeiro - ministro e dando plenos poderes ao presidente João Goulart.

A Constituição de 1988 estabeleceu que cinco anos após a sua promulgação fosse realizado um novo plebiscito para os eleitores novamente decidirem sobre a forma e o sistema de governo e como em 1963 a república presidencialista teve a maioria dos votos.

Já no ano de 2011, ocorreu um plebiscito no Pará sobre a divisão do estado em três outros estados: Pará, Carajás e Tapajós, caso os eleitores optassem pela criação dos novos estados ou de um deles o Congresso Nacional ainda teria que aprovar uma lei referendando a resultado das urnas, no entanto, os paraenses recusaram a criação dos estados sendo as propostas derrotadas.

#### 4. Análise das Matérias

A análise da matérias publicadas no jornal Folha de S. Paulo se dá, não por apenas este ser um dos mais influentes jornais do país, mas também em razão da facilidade do acesso ao material empírico disponível no acervo online do jornal.

As matérias selecionadas foram publicadas no caderno Poder, dedicado à cobertura política, e baseadas em dois critérios. O primeiro com foco apenas na cobertura da atuação do governo Dilma quanto à proposição e à articulação para promover o plebiscito e o segundo em relação às matérias relativas ao Congresso após a presidente ter enviado a mensagem propondo o plebiscito.

Data	Título
25/06/2013	Dilma quer plebiscito para promover Reforma Política
25/06/2013	Tática do governo é pressionar o Congresso
26/06/2013	Dilma desiste de constituinte e vai negociar com Congresso
26/06/2013	Governo discutirá com os partidos formatos da consulta
27/06/2013	Dilma vai sugerir ao Congresso lista de temas para plebiscito

# 10º interprogramas de mestrado FACULDADE CÁSPER LÍBERO

28/06/2013	Dilma quer limitar questões de plebiscito para Reforma Política
29/06/2013	Dilma chama equipe e cobra medidas além do plebiscito
01/07/2013	Dilma apressa o plebiscito para conter crise
01/07/2013	Dilma manda hoje proposta de plebiscito sobre reforma
03/07/2013	Prazo legal e reação do Congresso põe plebiscito em xeque
03/07/2013	Dilma rebate oposição e vê desgaste da classe política
04/07/2013	Só dois partidos aliados de Dilma apóiam plebiscito já
05/07/2013	Rejeição de aliados força Dilma a adiar plebiscito
06/07/2013	Reforma valendo para 2014 é quase impossível, afirma líder governista
09/07/2013	Câmara decide hoje se sepulta plebiscito
10/07/2013	Câmara enterra plebiscito sobre Reforma Política

A primeira matéria, “Dilma quer plebiscito para promover reforma política”, do dia 25 de junho de 2013, aborda a iniciativa da presidente em propor o plebiscito para a convocação de uma assembleia constituinte em uma reunião convocada pelo governo com governadores e prefeitos de capitais, como uma resposta as mobilizações de rua que tomavam o país. Apesar de curta a matéria enfatiza as dificuldades na proposta da presidente, ressaltando que a Carta Magna de 1988 não prevê constituinte exclusiva, além da oposição à ideia por parte de

ministros do Supremo Tribunal Federal e do senador opositor Aécio Neves presidente do PSDB e potencial adversário da presidente nas eleições de 2014.

Há espaço ainda para frisar que Dilma pediu aos prefeitos e governadores responsabilidade fiscal, o que estava explícito em um dos cinco pactos que a governante lançou, além da opinião dos membros do MPL recebidos por Dilma no mesmo dia, os quais consideraram o governo “despreparado”.

Na matéria “Tática do governo é pressionar o Congresso” também de 25 de junho de 2013, destaca que a principal proposta dos cinco pactos lançados por Dilma é uma maneira da presidente de se mostrar em consonância com o que a população deseja. Há também a divulgação de prováveis datas para a votação: 7 de setembro ou 15 de novembro de 2013, ressalta-se que ambas datas não só são feriados nacionais como remetem a uma ideia de patriotismo devido a ser dia da independência e proclamação da república respectivamente. Traz ainda a fala do ministro da educação Aloísio Mercadante, um dos principais articuladores político do governo, que afirma que a proposta do plebiscito para a convocação de uma constituinte exclusiva contou com apoio de prefeitos e governadores reunidos com Dilma, além de destacar um considerável número de propostas que já tramitam no Congresso que versam sobre mudanças na legislação eleitoral.

A matéria “Dilma desiste de constituinte e vai negociar com Congresso”, do dia 26 de junho de 2013, relata que a presidente Dilma optou por não mais defender a ideia de um plebiscito para a convocação de uma Assembleia Constituinte que propusesse alterações na legislação eleitoral, tendo em vista as críticas e resistência a propostas do ponto de vista jurídico e até do principal partido aliado, o PMDB. A matéria ressalta que o governo ainda defende a ideia do plebiscito, no entanto, o mesmo seria realizado já com propostas a serem decididas pelos eleitores e ao Congresso caberia aprovar o que as urnas decidissem. Além disso, finaliza com a notícia de que o Congresso rejeitou no dia anterior a chamada PEC 37.

Outra matéria também publicada em 26 de junho de 2013, “Governo discutirá com partidos formato da consulta”, reforça a ideia da matéria anterior de informar uma nova estratégia do governo perante o plebiscito, o de não mais ser proposto a fim de convocar uma assembleia

constituente e sim o de apresentar temas como o tipo de financiamento de campanha e o tipo de voto na eleição proporcional para que, a partir do resultado das urnas, o Congresso se comprometa a aprovar leis que colocasse em prática o que os eleitores decidissem. Além disso, a matéria ressalta a desistência da constituinte, por parte da presidente Dilma, citando uma consulta que a mandatária teria feito ao vice-presidente Michel Temer, que é jurista e especializado em direito constitucional que e teria desaconselhado a presidente, ou seja, o jornal explicita que a proposta não teve sequer embasamento jurídico para a sua efetividade.

A matéria, “Dilma vai sugerir ao Congresso lista de temas para o plebiscito”, de 27 de junho de 2013, informa que a presidente encaminharia no dia 1 de julho uma mensagem sugerindo ao Congresso a proposta do plebiscito, em que o parlamento definiria a lista de perguntas a serem feitas na votação que teria previsão de acontecer na segunda quinzena de agosto de 2013. A matéria também traz críticas da oposição a proposta da presidente e sugestões como a redução do número de ministérios e cargos comissionados, no entanto, como já ocorrido em matéria já citada, traz novamente a fala do senador oposicionista Aécio Neves que, embora presida o principal partido de oposição ao governo, em 2013 já era um dos potenciais candidatos a presidente em 2014, além de colunista da Folha, não trazendo o jornal, portanto, a opinião de líderes oposicionistas de partidos como PSOL ou DEM.

A matéria “Dilma quer limitar questões de plebiscito para reforma política”, de 28 de junho de 2013, noticia que a presidente pretende limitar em até cinco pontos, e não mais em perguntas, relativos à mensagem de plebiscito a ser enviada ao Congresso. No entanto, a matéria ressalta que os aliados expressavam o desejo de ampliar o leque de temas a serem propostos na votação. Os principais pontos citados na matéria, que estariam na mensagem presidencial, seriam o tipo de financiamento das campanhas e o sistema de votação, elementos esses que a matéria ressalta que agradariam o Partido dos Trabalhadores (PT) partido da presidente, o que poderia induziria o leitor a pensar que a proposta tem como finalidade atender os interesses político do governo e do PT, já que a matéria não traz, por exemplo, qualquer menção do funcionamento dessas regras em outros países. Além de trazer novamente a fala do ministro Mercadante defendendo o plebiscito.

A matéria “Dilma chama equipe e cobra medidas além do plebiscito”, de 29 de junho de 2013, trata a possibilidade da presidente em convocar uma reunião ministerial para repassar orientações de que as pastas deveriam mostrar as suas realizações, como uma forma de dar resposta aos anseios dos manifestantes e não apenas a proposta do plebiscito. A matéria ainda trata de articulações promovidas pelo governo para a mensagem do plebiscito a ser enviada ao Congresso, além de já tratar da possibilidade da criação de uma comissão especial na Câmara, segundo a posição do presidente da casa Henrique Alves PMDB-RN e reproduzida na matéria por avaliar uma improvável a possibilidade da ideia do plebiscito prosperar.

A matéria “Dilma apressa plebiscito para conter crise” de 1 de julho de 2013, trata inicialmente de aspectos negativos ao governo como a queda da popularidade da presidente aferida pelo instituto Datafolha, da iniciativa de aproximação como o setor empresarial, descontente com a condução da política econômica do governo e ressaltando que receberia a seleção brasileira de futebol, já que não teria comparecido a final da Copa das Confederações temendo ser vaiada, ou seja, a matéria retrata uma presidente acuada diante das dificuldades que o governo vinha enfrentando. Além disso, a matéria afirma que o governo trabalharia para adiantar a execução dos cinco pactos propostos por Dilma.

A matéria “Dilma manda hoje proposta de plebiscito sobre reforma”, de 2 de julho de 2013, ressalta que Dilma enviaria na mesma data a mensagem propondo o plebiscito ao Congresso contendo pelo menos os pontos relativos a tipo de financiamento e tipo de votação proporcional e que a ideia do governo seria que o plebiscito fosse realizado antes de outubro de 2013 afim de que as regras pudesse valer para as eleições de 2014. Há também menção a iniciativa de promover investimento e que a presidente não pretendia promover uma reforma ministerial. Há a presença de uma fala de Dilma criticando o governador paulista Geraldo Alckmin por ter dito que promoveria cortes no custeio da maquina estadual.

## **5. Matéria a partir da tramitação da proposta no Congresso**

A matéria “Prazo legal e reação do Congresso põe em xeque o plebiscito”, de 3 de julho de 2013, expõe dificuldades que a proposta do plebiscito teria para tramitar no Congresso. Primeiro no tocante ao prazo dado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para organizar a

votação a partir da decisão do Congresso, 70 dias, além da falta de apoio a proposta expressada pelos presidentes da Câmara e do Senado, por ser desfavorável ao Congresso no sentido de ter que assumir a responsabilidade quanto à insatisfação das ruas. Mas uma vez o jornal abre espaço para críticas do senador Aécio Neves e sem citar outros opositores. Outra vez a proposta de criação de uma comissão especial ganha espaço e é explicitada na matéria.

A matéria “Dilma rebate oposição e vê desgaste da classe política”, de 3 de julho de 2014, centra nos argumentos da presidente na mensagem oficial enviada ao Congresso contendo a proposta do plebiscito em que acredita ser a consulta adequada quando as instituições políticas não estão correspondendo os anseios da população, como se somente em momentos de crise é que fosse necessário promover a participação popular. Além disso, a presidente se opõe a ideia do referendo e deixa claro que, embora tenha havido inclusão social, a população espera uma melhor atuação do poder público.

A matéria “Só dois partidos aliados de Dilma apóiam plebiscito já”, de 4 de julho de 2013, reafirma a forte oposição no Congresso, inclusive de partidos aliados a ideia do plebiscito, em que somente o PT e o PC do B apóiam a iniciativa governista. Já se discute aqui a possibilidade da reforma política, seja ela oriunda de plebiscito ou referendo, ser realizada em 2014 e com efeito prático em 2015. Dentre os argumentos estaria que se a consulta popular fosse realizada em 2014, junto com as eleições haveria uma economia nos custos do processo e mais uma vez se há referência a ideia de criação de uma comissão especial.

A matéria, “Rejeição de aliados força Dilma a adiar o plebiscito”, de 5 de julho de 2014, noticia que o governo havia desistido de propor um plebiscito em 2013 que produzisse efeito para 2014 e que tentaria, junto ao Congresso, propor uma consulta para 2014, tendo as regras validade para 2016, isso após constatar que o apoio somente de parte dos aliados não viabilizaria a proposta. Outra vez há a presença do senador Aécio Neves em críticas a atuação do governo.

A matéria, “Reforma valendo para 2014 é quase impossível, afirma líder governista”, do dia 6 de julho de 2013, ressalta que nem mesmo o então líder do governo na Câmara, Arlindo

Chinaglia PT-SP, acreditava na viabilidade da proposta, em decorrência dos prazos, além da fala do presidente do Senado de que a proposta tramitaria inicialmente na Câmara, e se aprovada, encaminhada ao Senado. Contrariando um suposto interesse do governo em começar a tramitação da proposta no Senado, já que a sua base parlamentar nessa casa seria maior.

A matéria, “Câmara deve decidir hoje se sepulta plebiscito”, do dia 9 de julho de 2013, pelo título já indica o total fracasso da proposta governista, o que é confirmado no corpo da matéria e que caberia aos líderes partidários rejeitarem a proposta do executivo, por não haver condições para ser implementada já em 2014.

Já a última matéria é a confirmação da anteriormente descrita, intitulada “Câmara enterra plebiscito sobre reforma política”, do dia 10 de julho de 2013, a qual relata as já citadas dificuldades expressadas pelos parlamentares para a realização do plebiscito e que líderes petistas se mobilizariam para propor uma consulta popular e que a comissão especial já discutida em matérias passadas foi criada dispondo de 90 dias para apresentar projetos alterando a legislação eleitoral.

## **6. Considerações Finais**

A cobertura da Folha de S. Paulo, através do caderno Poder, retratou o declínio e sepultamento como afirmou em suas últimas matérias analisadas nesse artigo da proposta do plebiscito. No entanto, é perceptível o espaço que o líder do principal opositor do governo e então presidenciável, senador Aécio Neves PSDB-MG, teve em algumas matérias e a ausência de outras falas de congressistas da oposição.

A falta de apoio que o governo não teve para o encaminhamento da proposta do plebiscito reflete o quão é danoso é o sistema de presidencialismo de coalizão em que, mesmo um

governante tendo apoio da maioria do parlamento, os interesses particulares e dos partidos se sobrepõem aos interesses da sociedade.

## Referências

- BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania ativa**: plebiscito, referendo e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. ed.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FARIA, Cláudia Feres. Plebiscito e *Referendum*. In: ANASTASIA, Fátima; AVRITZE, Leonardo. **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006
- FERREIRA, Lara Marina; FIALHO, Fabrício Mendes; REIS, P. W. Reforma Política e Financiamento de Campanhas: anotações para uma taxonomia do financiamento eleitoral. In: **35º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2011. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/35\\_encontro\\_gt/GT13/ReisFialho.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT13/ReisFialho.pdf)> Acesso em: 13 mai. 2014.
- FILOMENO, Moraes. Os partidos políticos e reforma política no Congresso Nacional do Brasil. In: **VII Congreso Español de Ciencia Política y la Administración**: Democracia y Buen Gobierno, Madrid, 2005. Disponível em: <[http://www.aecpa.es/uploads/files/congresos/congreso\\_07/area06/GT23/MORAES-Filomeno\(UniversidadeEstadualdoCeara-Brasil\).pdf](http://www.aecpa.es/uploads/files/congresos/congreso_07/area06/GT23/MORAES-Filomeno(UniversidadeEstadualdoCeara-Brasil).pdf)> Acesso em: 14 mai. 2014.
- GEMMA, Gladio. Plebiscito. In: BOBBIO, N; PASQUINO, G; MATTEUCCI. (Orgs) **Dicionário de Política**. v. 2. ed. 11. Brasília. Editora UNB, 1998, p. 927.
- NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das letras, 2013.